
Juarez Rubens Brandão Lopes

DESENVOLVE—ME CONTROLANDO—ME OU EU TE CONTROLO DESENVOLVENDO—ME

Justifica-se certo otimismo, moderado e cauteloso como cabe, ante o progresso já realizado no incipiente parque industrial de informática, controlado nacionalmente. É evidente exagero proclamar, como fez recentemente a revista *Senhor*, que "Nossa informática é de briga", que ela "não precisa ter nenhuma vergonha do que estão fazendo lá fora". Exagero. Muita coisa foi feita. E para isso, a reserva de mercado foi essencial.

Na história percorrida pela informática no Brasil (louvo-me para contá-la em Peter Evans) sobressai, de início, a luta de engenheiros e técnicos, da Politécnica da USP, da PUC, do COPPE e do SERPRO, do Rio, respaldados pelo Funtec do então BNDE. Convém lembrar também a convergência das preocupações daqueles grupos técnicos com o interesse de alguns setores das Forças Armadas, num período autoritário marcadamente infenso às pressões e aos interesses de larga parcela da sociedade civil. Luta no campo estrito do desenvolvimento tecnológico e na criação dos mecanismos essenciais de proteção: a formação da CAPRE e, depois a "reformulação" do setor, com a criação da SEI, esta gradualmente conquistada pelas idéias do grupo pioneiro, demonstrando ser básica a proteção via reserva de mercado para o desenvolvimento e domínio da tecnologia. Assim, criou-se, em poucos anos, capacidade tecnológica, real.

A situação atual da nova tecnologia favorece o ingresso de novatos. Favorece, *ainda*, mas não por muito tempo. Na tecnologia da microeletrônica há muitas direções ainda abertas à inovação (exceto no projeto de *chips*, onde os investimentos necessários são vultosíssimos). Pese o gigantismo da IBM, há grandes oportunidades internacionais, pois a luta é acesa e a concorrência é enorme. Atualmente se encontra quem queira vender tecnologia e componentes, sem exigir participação no empreendimento. Existem condições, pois, para alguns países do Terceiro Mundo, que têm considerável parque industrial instalado e recursos humanos de nível (é o caso do Brasil e da Índia), desenvolverem com o amparo decidido do Estado, tecnologia e capacidade produtiva próprias.

A reserva de mercado, de início, instaurou aqui a era do *entrepreneur* schumpeteriano, época de empresas como a Itaútec e a SID ligadas aos grandes bancos, em vias de ser ultrapassada. O interesse nitidamente industrial com uma inclinação insofreável para o domínio tecnológico, do engenheiro-*entrepreneur*, será mantido pelos banqueiros? A garantia que eles têm da principal fatia do mercado potencial (aquela representada pela automação dos seus próprios bancos) resultará, no futuro, no seu domínio incontestado do campo da informática brasileira. Qual será sua conduta? Tendo atingido um patamar mínimo de capacidade tecnológica, não se aproveitarão para defender então a sua associação ao capital multinacional? A lei aprovada — que sobe à sanção presidencial enquanto escrevo — instaurou, como é correto, o controle da impor-

tação de bens e serviços de informática por oito anos. Entretanto, questões de extrema importância, tais como a regulamentação do software e a transmissão de dados transfronteiras, não foram satisfatoriamente tratadas, deixadas para leis específicas. Reflitamos.

Ganhou-se as batalhas da proteção à capacitação tecnológica nacional, através da reserva de mercado, e a do controle do Plano Nacional de Informática, pela sociedade, através de sua aprovação e avaliação anuais pelo Congresso. Nesses dois meses a mobilização em torno da questão não se restringiu apenas à ação dos *lobbies* e outros protagonistas diretamente ligados; envolveu ao contrário ampla gama da sociedade civil (veja-se o Movimento Brasil Informática). O resultado da pressão social e do debate, medido pela distância do projeto do governo ao substitutivo Virgílio Távora foi, embora não desprezível, modesto. Clarificou-se o controle pelo Congresso, criou-se o Conselho Nacional de Informática e Automação, diretamente subordinado à Presidência da República com representação pública e privada, ficando-lhe submetida a SEI, e retirou-se o setor da órbita do Conselho de Segurança Nacional (que poderia ser um mau presságio dadas as condições do nascimento da indústria), criou-se o Fundo Especial de Informática e Automação, para investimentos a fundo perdido na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, passando-se do abstrato desejo de independência para o terreno concreto dos meios. Do ponto de vista dos delicadíssimos temas que dizem respeito aos direitos civis e aos direitos dos trabalhadores, duas oportuníssimas emendas do deputado José Eudes (PT-RJ), assegurou à primeira o acesso e a intervenção dos cidadãos concernidos nos bancos de dados públicos e privados; e à segunda procura evitar que uma "robotização selvagem" solape o mercado de força de trabalho. Inovação que introduzindo uma comissão paritária de empregados e patrões, poderá marcar enorme avanço no direito formal do trabalho e nas práticas trabalhistas.

Para avançar nesta matéria, como em tudo, o prosseguimento de uma democratização real é básico. O próprio processo seguido pelo Congresso, de amplos debates e consultas, mostrou as vantagens de uma sociedade que se abre corajosamente. O comportamento dos partidos políticos mostrou que a representação explícita dos interesses sociais contraditórios, é sempre melhor que a melhor das intenções da vontade solitária, que perigosamente tende a ser autoritária. Corremos contra o tempo. Enquanto a democratização engatinha, a informatização da sociedade provavelmente galopará. E isso numa sociedade com extremas desigualdades. Anote-se, a propósito: este é um dos pontos que mais nitidamente definem os candidatos indiretos à Presidência. Enquanto Tancredo enfatiza o "controle democrático e nacional" do desenvolvimento e uso da informática, Maluf defende com Campos a "eficácia" da importação da tecnologia. Valha-nos Nossa Senhora da Informação!

